



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Na sua edição online de 4 de junho, o jornal Público inclui um texto com o título “Barragens canceladas podiam dar água ao interior”, no qual se refere que as barragens de Girabolhos e Alvito, que foram canceladas pelo atual Governo, tinham nota positiva.

Lê-se na notícia que:

- «As barragens do Alvito e Girabolhos que o Governo cancelou em 2016 garantiam, em conjunto, o abastecimento de “quase um Castelo de Bode” à população de sete concelhos do interior centro, mas nunca foram tratadas como reservas estratégicas de água»;

- «[...] Os cenários de exploração mais favoráveis das barragens, indicavam que Alvito (concessionada à EDP) podia chegar a um nível pleno de albufeira de 560 milhões de metros cúbicos e Girabolhos (atribuída à Endesa) a 204 milhões de metros cúbicos de água. No total, seriam 764 milhões de metros cúbicos de água para populações que sofrem grande escassez dela e com perspetivas de secas cada vez piores»;

- «[...] A barragem de Girabolhos abasteceria os concelhos de Seia, Gouveia, Fornos de Algodres, Mangualde e Nelas. Alvito abrangia os concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão».

Apesar de os documentos oficiais do processo apenas refletirem a prioridade estratégica do Governo em usar os empreendimentos para produção de energia elétrica, e de estes nunca serem vistos como albufeiras de água com interesse estratégico para a vida das populações por elas abrangidas, o Público refere que «o estudo inicial, a cargo do consórcio Coba/Procesl, sobre os aspetos técnicos, económicos, sociais e ambientais dos locais previamente inventariados para a construção de uma nova geração de barragens avaliou também o potencial de abastecimento de água, chegando a dar nota positiva aos dois locais, com base em vários

cenários».

Em abril de 2016, o Grupo Parlamentar do CDS-PP questionou o Senhor Ministro do Ambiente sobre o cancelamento da construção das barragens de Girabolhos e do Alvito. Nas perguntas enviadas à tutela, os deputados questionavam quais foram, concretamente, as razões que levaram à decisão de cancelamento da construção das barragens, se o Governo já tinha avaliado e/ou estava a estudar a implementação de medidas de compensação para as comunidades atingidas com esta decisão, atendendo às legítimas expectativas que foram criadas com tal projeto, e ainda se o Governo podia garantir que o cancelamento da construção em causa não teria qualquer custo para o erário público.

Segundo afirmou o Governo na altura, na base da decisão terão estado critérios jurídicos, financeiros, expectativas dos municípios abrangidos, metas das energias renováveis e descarbonização da economia portuguesa. No entanto, e segundo notícias então divulgadas pela imprensa, o Governo não terá consultado os municípios diretamente afetados por tal decisão de cancelamento da construção, e não lhes terá dado qualquer justificação ou apresentado quaisquer medidas de compensação para as comunidades atingidas com esta decisão.

O relatório sobre a revisão do programa de barragens confirma ter ficado claro que os municípios abrangidos pelas barragens canceladas pretendiam que estas se realizassem, já que sempre foram vistos como investimentos estruturantes para as regiões e para as populações abrangidas.

Efetivamente, os projetos das barragens de Girabolhos e do Alvito geravam expectativas deveras importante para os concelhos de Seia e de Gouveia, no distrito da Guarda, e de Vila Velha de Ródão e Castelo Branco, no distrito de Castelo Branco, respetivamente, podendo estender sinergias a outros municípios de distritos limítrofes, como o distrito de Viseu onde, por exemplo, a barragem de Fagilde não tem capacidade para armazenamentos por falta de capacidade.

Com o cancelamento destas barragens ficaram em causa, nomeadamente, a produção de energia elétrica, o abastecimento de água, a regulação do caudal do rio Mondego, no caso de Girabolhos, o aproveitamento turístico da albufeira e o desperdício dos recursos financeiros gastos nos trabalhos preparatórios, já efetuados no terreno.

Mais. O valor destas duas barragens na gestão dos recursos da água, que já era fundamental, passou a sê-lo muito mais depois dos incêndios e da seca de 2017.

Em setembro de 2017, a Câmara Municipal de Viseu aprovou a celebração de um acordo entre vários municípios – Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Vouzela –, com o objetivo de constituir uma empresa intermunicipal de abastecimento de água e saneamento na região, como resposta à escassez de água e aos riscos de seca.

O acordo pretendia concretizar investimentos estruturantes, entre os quais o reforço da capacidade da barragem de Fagilde e a construção futura de uma barragem no Vouga.

A deliberação foi aprovada em reunião de câmara com a favor do PSD, PS e CDS-PP.

O interior do país é carente de investimento, e o CDS-PP entende que só com esse mesmo

investimento é possível criar a riqueza necessária à fixação das pessoas, em particular dos mais jovens. Mas sem água não se fixam populações.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa. conhecimento do acordo entre os municípios de Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Vouzela, com o objetivo de constituir uma empresa intermunicipal de abastecimento de água e saneamento na região, e concretizar investimentos estruturantes, entre os quais o reforço da capacidade da barragem de Fagilde e a construção futura de uma barragem no Vouga?

2- Tendo em conta a tragédia dos incêndios, que em 2017 atingiu o interior, seguida depois de um período de seca extrema e severa, não considera V. Exa. fundamental a pretensão dos municípios de construção de uma nova barragem no Vouga, mitigando assim os riscos associados à seca e os prejuízos que sofreram no passado verão?

3- Tem o Governo previsto o reforço da capacidade da barragem de Fagilde?

4- Considera V. Exa. viável reconsiderar a decisão de cancelamento das barragens de Alvito e Girabolhos face aos dados que indicam que em conjunto garantiriam o abastecimento de água à população de sete concelhos do interior centro, cujas populações sofrem grande escassez dela e com perspetivas de secas cada vez piores?

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2018

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)